

Cartel impõe prejuízo de US\$ 150 milhões à Saúde

Fornecedores nacionais bloqueiam na Justiça compra de vacinas mais baratas no exterior. Crise iniciou 'fritura' de Albuquerque

Isabel de Paula

• BRASÍLIA. Uma guerra judicial, patrocinada por um cartel de empresas fornecedoras de vacinas e inseticidas à Fundação Nacional de Saúde (FNS), está provocando um prejuízo de pelo menos US\$ 150 milhões aos cofres públicos. Inconformado com a perda de uma expressiva fatia do mercado nacional de vacinas e inseticidas, um pequeno grupo de empresas, tradicionais vencedoras de licitações públicas da FNS, conseguiu embargar na Justiça um convênio do Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (Opas), impedindo a compra direta de produtos a preços muito abaixo dos cobrados pelo cartel. Se o Governo perder esta queda-de-braço, só com a aquisição de vacinas deixará de economizar US\$ 130 milhões. A Polícia Federal está sendo acionada para investigar a possível existência de um braço deste cartel dentro da FNS, que seria responsável pelo vazamento de informações sigilosas sobre compras e contratos a empresas do ramo.

Na avaliação de fontes do ministério, essa guerra com o cartel, iniciada há um ano, foi o começo da "fritura" e da derrocada do ministro Carlos Albuquerque, que pediu demissão sexta-feira, devendo ser substituído por José Serra, ex-ministro de Planejamento.

Decisão judicial obriga Governo a pagar mais caro

Depois de décadas de compras superfaturadas e licitações viciadas, o Ministério da Saúde imaginou ter encontrado, no ano passado, uma fórmula inteligente para driblar o cartel de fornecedores de vacinas e inseticidas encabeçado pela empresa Halen-Elliott, do Rio: decidiu fazer as compras por meio do Fundo Rotatório da Opas, instrumento usado por quase todos os países das Américas para comprar produtos de qualidade a preços mais baixos. Por adquirir grandes volumes de vacinas para vários países, a Opas consegue preços até 50% abaixo dos habitualmente pagos pela FNS. Para se ter uma idéia da economia com a compra via Opas, o inseticida Fenitrothion, adquirido pelo preço médio de US\$ 22 pelo Brasil nos últimos anos, foi comprado este ano da organização por US\$ 11.

A novidade incomodou as empresas que vendiam para o Governo. Em dezembro, um advogado recém-formado de Brasília, João Pedro Ribeiro Sampaio de Arruda Câmara, de 26 anos, ingressou com uma ação popular na 14ª Vara da Justiça Federal pedindo o cancelamento do contrato com a Opas por desrespeito à lei de licitações. O juiz Jamil Rosa de Jesus concedeu liminar suspendendo o contrato. O Governo recorreu, mas o Tribunal Regional Federal manteve a liminar inicial, que proíbe qualquer negociação via Opas. Enquanto não sai o julgamento do mérito da ação judicial, para evitar desabastecimento de vacinas e inseticidas no país a fundação é obrigada a comprar emergencialmente do cartel. Ou seja, continua pagando mais caro por força de decisão judicial.

— Esta decisão judicial pode nos impedir de continuar no Fundo Rotatório da Opas, trazendo prejuízos não só para o Brasil. A entrada do Brasil no fundo ajudou todos os demais países, que passaram a pagar menos pelas vacinas — lamenta o presidente da FNS, Januário Montone.

Antigos fornecedores usariam espões para minar convênio

Um bom exemplo do desperdício de recursos públicos com as compras emergenciais foi a aquisição do inseticida Temephós, usado no combate ao mosquito *Aedes aegypti*. O ministério negociou 3.520 toneladas do inseticida com a Halen-Elliott por US\$ 3,38 o quilo. Comprou o mesmo produto de outra empresa, a Prodelyn, por US\$ 2,89. Se o inseticida fosse adquirido via Opas, o Governo pagaria US\$ 1,78 o quilo, economizando o equivalente a US\$ 6,6 milhões. Nas compras que seriam executadas nos próximos meses caso não tivesse havido o embargo judicial, a Opas repassaria o produto ao Brasil por US\$ 0,88.

Se a briga judicial não for resolvida logo, o ministério estima que

desembolsará US\$ 181,4 milhões na compra de 85 mil doses de vacinas necessárias a execução do Programa de Imunização da FNS. Se forem levadas em consideração todas as vacinas do programa, como sarampo, DPT (contra difteria, tétano e coqueluche) e tríplice viral (rubéola, caxumba e sarampo), entre outras, o Governo pagaria o equivalente a US\$ 51,5 milhões via Opas. Para comprar das empresas que dominam o mercado brasileiro, a FNS calcula que gastará quase US\$ 130 milhões a mais. A fundação chegou a tal conclusão analisando os preços médios pagos ao setor privado, entre 92 e 97, e os da Opas.

O diretor do Programa de Vacinas da Opas em Washington (EUA), Ciro de Quadros, avalia que a saída do Brasil do Fundo Rotatório vai prejudicar os demais países associados. Segundo Quadros, quando o Brasil entrou para o fundo, o preço da vacina contra hepatite B, por exemplo, caiu para todos os países de US\$ 2 a US\$ 3 para US\$ 0,82 a dose. Segundo ele, este foi o preço mais baixo já cotado pela Opas em toda a história.

Os fornecedores fazem de tudo para que a FNS rompa de vez o convênio. Estariam usando, inclusive, funcionários da fundação para obter documentos sigilosos e informações privilegiadas sobre contratos e preços negociados. Uma fonte da FNS conta que ficou surpresa ao ver a papelada do convênio com a Opas, além de contratos e documentos confidenciais incluídos nos autos da ação popular movida contra o Governo. Diante do vazamento de informações, a FNS acionou a PF para investigar ramificações da máfia de vacinas e inseticidas dentro da fundação. Suspeita-se que um grupo de três a sete servidores públicos que trabalham com pagamento, compras e importações estejam envolvidos no esquema.

Autor da ação e empresário criticam carga tributária

O autor da ação popular nega que esteja a serviço de qualquer empresário prejudicado. Arruda sustenta que entrou com a ação por considerar que a FNS está ferindo a lei de licitações. Indícios mostram que ele é ligado ao dono da empresa Halen-Elliott, Altineu Coutinho. O GLOBO esteve no escritório dos advogados de Arruda, Simão Guimarães de Souza e Luiz Cláudio de Almeida Abreu, e teve acesso à pasta com as cópias do processo. Na contracapa havia todos os telefones de Altineu.

Arruda argumenta que, além de não cumprir a lei de licitações, o Governo está pagando comissões de 3% sobre as compras à Opas. No processo ele argumenta que só nos primeiros oito meses deste ano o ministério vai desembolsar US\$ 500 mil em comissões sobre a aquisição de inseticidas. O presidente da FNS, Januário Montone, explicou ontem que todos os países associados à Opas pagam os 3% destinados ao custo operacional do fundo, o que beneficia todos os países. O autor da ação contesta o argumento de que os preços da Opas são mais baixos. Segundo ele, a FNS compara preços subsidiados para exportação com preços nacionais onerados com toda a carga tributária.

De Miami, Altineu negou que esteja empenhado em derrubar na Justiça as compras da FNS via Opas. Alegou que as acusações partem de concorrentes.

— Eu sou apenas um vendedor. Um ótimo vendedor — disse.

Altineu disse que ficou dois anos sem negociar com a FNS antes da venda do inseticida Temephós, mês passado, e negou que o preço tenha sido superfaturado.

— Assumi o compromisso de fornecimento imediato, e tive que trabalhar sábado, domingo e no carnaval. A outra empresa cotou preço para fazer a entrega em três lotes, até 30 de maio.

O empresário afirmou que, tirando todos os impostos de importação de seu produto, o preço final ficaria em US\$ 2,52 — enquanto que o preço obtido pela Opas, de US\$ 1,89 o quilo, subiria para US\$ 3,02 se fossem incluídos as taxas aduaneiras:

— Eu dei 5% de abatimento para a FNS, que vai pagar 3% de taxa de intermediação para a Opas. ■

• COLABOROU Elaine Rodrigues



O PRESIDENTE DA FNS, Januário Montone: preços mais em conta justificam a preferência pelo fundo da Opas